

O ESTUDO DA HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO À LUZ DE FONTES HISTÓRICAS

Mauricio Santana¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo, discutir à luz da historiografia e análises de variadas fontes históricas, o desenrolar do processo de escravatura no Brasil, a situação dos negros livres após maio de 1888, o ato da princesa Isabel, dentre outras questões. Nesse sentido, novos delineamentos históricos serão incorporados na História da escravidão brasileira, assim, como o redimensionamento historiográfico, que contribui na formulação da história da escravidão sob uma nova perspectiva.

Palavras-chave: História – Historiografia - Escravidão brasileira- Fontes históricas.

1. INTRODUÇÃO

A história da escravidão negra no Brasil, sempre esteve pautada numa historiografia marcada pelas características do século XIX. A relação estabelecida durante o processo de escravidão brasileira apresentava um viés economicista, no qual o escravo se tornava mero objeto de lucratividade, a essência da escravidão estava entrelaçada a economia. Atualmente esta historiografia positivista e economicista veem enfrentando novas reformulações, no qual a própria história da escravidão negra ganha foros que desempenhará um papel decisivo na construção de certa historiografia voltada as visões e interpretações propostas sobre a questão escravista.

Na década de 30 brasileiros e brasilianistas dedicaram atenção considerável à natureza da escravidão brasileira e a sua relação na sociedade, na economia e na cultura do Brasil a exemplo da obra de Gilberto Freyre Casa Grande e Senzala que representou uma das primeiras fontes interpretativa dessa vertente, porém conforme afirma Stuart Schwartz (2001, p. 23):

¹ Professor do Ensino Fundamental e Médio, licenciado em História pela Faculdade de Tecnologia e Ciências. Pós graduado do curso de História e Historiografia Brasileira do IBEC-FACSA Ipiaú-BA. Mestrando em Educação pela Facultad de Ciencias Sociales Interamericana

Os estudos da escravidão, porém, abrangia uma série de temas e métodos. O principal interesse de Freyre fora a repercussão dos escravos e de sua cultura na formação da família brasileira... [...] embora seu trabalho tenha se baseado em estudos e, às vezes, seguido linhas interpretativas de pesquisadores anteriores da vida afro-brasileira, era a repercussão dos índios – tanto escravos africanos quanto empregados – e, especialmente dos escravos africanos, na sociedade geral, que predominava em sua obra.

Assim, em torno da obra de Freyre que Frank Tannenbaum e outros acadêmicos latino-americanos passam a se interessar na história da escravidão entre os diversos sistemas escravagistas da América, no bojo dessas discussões, os métodos de investigação histórica passam a serem questionados dentro dos próprios estudos acadêmicos. Os universitários brasileiros marxistas criticavam as idéias de Freyre, bem como a tese defendida por Tannenbaum eram contestadas por estudantes e historiadores brasilianistas. A criação do trabalho desses acadêmicos na década de 1960 serviu para a construção de estudos comparativos da escravidão, bem como incentivou a intensificação do interesse pela escravidão no Brasil.

A preocupação com a historiografia da escravidão no Brasil se tornou debates constantes em monografias, e durante as décadas de 1970 e 1980, os estudos brasileiros da escravidão a partir da criação de programas de pós-graduação modernos de forma mais elucidada, ultrapassando a própria marginalização do negro. Dessa forma, o processo de escrita da história do escravo negro no Brasil passa a está atrelado “a própria compreensão da forma, da função e do significado da família escrava”, (SCHWARTZ, apud Maltoso 2001, p. 36), e o próprio Schwartz corrobora: “O regime demográfico, acarretado pelo reabastecimento constante de escravos vindos da África... [...] o tráfico de escravos no Brasil tem recebido menos atenção nos últimos anos do que muitos outros assuntos.” (SCHWARTZ, 2001, p. 36).

As técnicas de pesquisas sobre a história da escravidão seja numa perspectiva regional ou econômica ganha espaço no meio acadêmico, e ao mesmo tempo, dissemina estudos acadêmicos pautados no espaço geográfico, nas atividades agropecuárias e na própria utilização da exploração de registros policiais para analisar as relações senhor - escravo e os crimes cometidos pelos escravos.

E aqui tocamos em um ponto que nos parece central para a discussão da questão escravista brasileira e do papel que a historiografia recente trava acerca da escrita da história escrava: a análise dos registros policiais em repressão as manifestações culturais negras, os

registros policiais e forenses da resistência escrava, dentre outras fontes históricas que favorecem a construção da história da escravidão no Brasil.

É importante considerar que trabalhos acadêmicos do antropólogo Nina Rodrigues, serviram de abordagens, enfoques sobre a situação social do negro na sociedade. “A nova tendência na historiografia da escravidão brasileira expressa o interesse cada vez maior pela cultura popular e pelas mentalités”, (SCHWARTZ, 2001, p. 43). Dessa forma, pode-se perceber que a cultura afro se torna uma fonte imprescindível na escrita da história africana, no Brasil, um país tão profundamente influenciado pela escravidão.

Para possibilitar uma historiografia da escravidão alicerçada na cultura popular dos escravos, Schwartz, Apud Laura de Mello e Souza, (2001, p.43), chama a nossa atenção: “As crenças e os cultos africanos forma confundidos com os conceitos europeus de bruxaria pela inquisição portuguesa. A sexualidade, a moralidade e a religião popular tem sido foco de inúmeros desses estudos, como os de Vainfas (1988) e Mott (1988).” Desta forma, o alerta dado por Laura de Mello e Souza, serve para que se venha analisar com certa cautela os registros de certos tipos de instituições acerca da vida e cultura escravas, pois quando utilizados esses documentos históricos podemos incorrer numa análise simplista e generalizada da cultura escrava de forma a escrever uma história como viés aos moldes europeus.

É com o centenário da abolição que os estudos acerca do negro e a inserção de uma nova postura historiográfica passam a ser embutida nos estudos acadêmicos. As pesquisas acerca de Palmares, as relações escravistas, os movimentos de resistência, a vida cultural dos negros, escravidão, as relações familiares pós-abolição, a situação social e os estereótipos, as relações de poder entre as diversas classes sociais, são temáticas que tomam fôlego nos embates teóricos de grandes estudiosos e historiadores desse país. As análises das obras de Nina Rodrigues, como do livro “Os africanos do Brasil”, evidenciam a nova roupagem historiográfica. O historiador João José Reis, também revoluciona a nova forma de escrever a história do negro brasileira, a sua obra “Negociação e Conflito” de 1989, demonstra a resistência negra frente aos dominantes, as próprias fontes históricas dos registros policiais, das crônicas, enfim, todos os embates teóricos desde o limiar da década de 1930 redimensionavam para uma nova maneira de analisar e escrever a história dos negros no Brasil.

Diante do exposto, neste estudo, analisaremos o capítulo 1 do livro o nascimento da cultura afro-americana, intitulado “o modelo do encontro”, dos autores Sidney W. Mintz e Richard Price, no decorrer das análises interpretaremos a crônica escrita por Machado de Assis – “Escravo Pancrácio”, e o apêndice 1 “tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados”, do livro Negociação e Conflito de João José Reis e Eduardo Silva. No campo da historiografia, a discussão sobre o capítulo IX do livro cultura e opulência do Brasil, de André João Antonil que discorrerá teoricamente o papel do negro para o senhor e a própria economia escravocrata. Nesse sentido estes estudos de fontes históricas buscaram redimensionar um novo olhar na construção da história da escravidão brasileira.

2. O ESTUDO DA HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO À LUZ DE FONTES HISTÓRICAS

2.1. ALFORRIA DO ESCRAVO PANCRÁCIO, UM ACONTECIMENTO NOTÁVEL

A crônica Escravo Pancrácio foi escrita por Machado de Assis, publicada no Jornal Gazeta e Notícias, em 19 de maio de 1888, nesta crônica o escritor apresenta uma dicotomia entre o senhor abolicionista e escravo liberto. Ao longo da crônica se presencia a satisfação do senhor em libertar o negro antes de se efetivar de fato a abolição da escravatura. De outro lado, apresenta um escravo liberto que aceita se sujeitar ao seu senhor novamente, agora ganhando uns trocados pelo seu serviço. Como a crônica retrata o acontecimento temporal a época da abolição pode-se entender a forma hostil como o escravo Pancrácio é submetido diante do ato do senhor. É consenso que a crítica machadiana materializa a relação entre ficção e realidade. No caso do “Escravo Pancrácio”, nota-se um ato simbólico de um senhor de escravos em libertar o seu escravo antes da aprovação da lei áurea para sua aclamação diante dos amigos, e principalmente do meio político, e da própria sociedade vigente.

A intenção de alforria do escravo Pancrácio emana um prazer de aclamação principalmente do seu senhor como na descrição desse fragmento “Todos os lenços como vidas apanharam as lágrimas de administração. Cai na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo” (ASSIS, 1973, p. 489). A leitura que descobre essa intenção do senhor libertador revela o oco existente por baixo do “ato” do senhor do escravo.

Discurso perverso também é o do dia seguinte, no qual o senhor no sentido de ter o seu escravo de volta dar passos atentos, para ter novamente o seu escravo “Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...” (ASSIS, 1973, p.489-491). Essa passagem retrata fielmente um retorno do escravo livre para o seu senhor. Entretanto, é fundamental ressaltar que a partir do momento que o ex-escravo retorna a trabalhar para o seu senhor, existe um contrato de trabalho totalmente diferente de quando ele era escravo “Um ordenado pequeno, mas que há de crescer... Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis, mas é de grão em grão que a galinha enche o seu pão” (ASSIS, 1973, p. 489-491).

O relato do escravo Pancrácio traz uma linguagem humorística, transpõe para a crônica uma visão de um acontecimento histórico no país que é iminente. Recriando fatos tão pormenorizadamente a ponto de incorporar a situações fictícias, Machado traz uma abordagem de gênero marcado pela informalidade e pelo jocoso, como a seguinte passagem “Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas” (ASSIS, 1973, p. 489-491), em outra passagem é notável as conseqüências da liberdade de Pancrácio “Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei” (ASSIS, 1973, p. 489-491) no fragmento supracitado fica evidenciado que o senhor está ciente do verdadeiro sentido de liberdade para o liberto escravo Pancrácio, e das suas obrigações diante do escravo.

A narrativa discorre sobre o papel da libertação do Pancrácio naquele momento histórico para o senhor libertador “O meu plano está feito, quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu toda a gente que dele teve noticia... que homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: és livre, antes que os digam os poderes públicos...” (ASSIS, 1973, p. 489-491).

Dessa forma percebemos que a crônica assume uma perspectiva dos dados da realidade. Elegendo a Pancrácio como um escravo alforriado antes da efetiva abolição da escravatura no Brasil, oferecendo-lhe voz, liberdade e poder de ir e vir, a narrativa se

preocupou em retratar o cotidiano acontecido em meio da campanha abolicionista, bem como os objetivos de quem libertava o escravo.

Assim, na crônica do “Escravo Pancrácio” nos faz entender que os acontecimentos brasileiros são assuntos que redimensionam a escrita da história, e favorece um estudo mais perspicaz de um determinado momento histórico.

2.2. CULTURA E OPULÊNCIA DO BRASIL: ANÁLISE DA RELAÇÃO ECONÔMICA DO SENHOR DE ENGENHO COM SEUS ESCRAVOS.

Os estudos das relações econômicas entre os escravos e senhores de engenho passou a serem tema de pesquisa no Brasil em meados da década de 30, quando os debates envolvendo “novos objetos”, “novas fontes”, “novos métodos”, ganharam força no cenário acadêmico nacional. O autor Stuart Schwartz (2001, p. 26) afirma que:

Os sociólogos e os historiadores da “Escola de São Paulo” concentravam-se principalmente no século XIX e no sul do Brasil, e sua obra, até esse ponto, limitada, mas suas monografias teoricamente informadas e bem documentadas proporcionaram um novo padrão de análise que fizeram das conseqüências econômicas e sociais da escravidão o principal tema de estudo.

Diante dessa inversão as obras de André João Antonil, principalmente Cultura e opulência do Brasil, passaram a ser debatida por muitos pesquisadores, a exemplo do pesquisador, Allen Castro (1997) que comenta: “A cultura e opulência do Brasil reforça a visão do escravo como um tipo de propriedade particular cuja posse e gestão demandam, reiteradamente, o aval do senhor de engenho.” (p. 16). Ou seja, a relação escravo-senhor era de ordem privada, e conseqüentemente econômica, é nesse universo que se insere Cultura e opulência do Brasil. No capítulo IX, Antonil faz uma descrição minuciosa da importância econômica do escravo para o senhor de engenho, a imagem do escravo como fonte de mercadoria para sobre os cenários descritos, como no trecho abaixo, onde o autor apresenta comentários sobre a origem do escravo e a função que o mesmo deve exercer no Brasil:

Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente... Os que vêm para o Brasil são ardas, minas congos, de São Tomé, de Angola, de Cabo Verde e alguns de Moçambique. Os ardas e os minas são robustos. Os de Cabo Verde e de São Tomé são mais fracos. Os de Angola, criados em Luanda, são mais capazes de aprender ofícios mecânicos que os das outras partes nomeadas. Entre os congos, há também alguns bastantes industriosos e bons não somente para o serviço de casa, mas para as oficinas e para o manejo da casa. (ANTONIL, 1982, p.89)

Quando nos defrontamos com uma descrição desta sobre a relação senhor - escravo, com o olhar sob a origem dos escravos e sua respectiva função, podemos concordar com a visão de que a escravidão negra no Brasil foi uma relação econômica. Dentre todas as sociedades envolvidas no processo de exploração da força de trabalho, os povos africanos, foram sem dúvida, os mais afetados pela longa duração da escravidão... e pela compra e venda de homens, mulheres e crianças negras como mercadorias num lucrativo comércio transcontinental” (RODRIGUES, p. 23.) Como se pode perceber o tráfico transatlântico consumiu mais escravos do que qualquer outro mercado da África. O tráfico negreiro atuou em várias partes da costa africana, e por esse motivo devemos conceber que o escravo era “as mãos e os pés do senhor de engenho”, pois sem a atuação do negro escravizado não aconteceria a fecunda produção para o senhor de engenho.

Com relação a essa relação econômica entre o negro e o senhor de engenho, Gilberto Freyre traz uma abordagem no livro *Casa Grande e senzala* sobre a exploração comercial. Primeiramente, esta foi efetuada através das feitorias ou da pura extração de riqueza mineral, sob o trabalho escravo indígena. Logo após, o português deslocou a base da colonização tropical do extrativismo para a produção de riqueza. Um novo tipo de colonização: a famosa plantation ou como Freyre costumou designar de “colonização plantação”. Tratava-se de uma atividade agro-pastoril desenvolvida em grandes lotes de terras pertencentes a um senhor de engenho, sob dominação, imposição e exploração do trabalho escravo, primeiramente do índio, mas principalmente do negro africano, por fim, voltada para a exportação de gêneros aqui colhidos.

Sendo assim, pensando junto com Gilberto Freyre e André João Antonil, percebemos a constatação desse papel africano como mão-de-obra para a efetivação de posse mercantil para os portugueses, bem como peça chave para exploração por parte do senhor de engenho. Contudo o que foi exposto, Jaime Rodrigues (p.32) chama a atenção: “os historiadores tem se dado conta de que o tráfico negreiro não foi apenas uma transição comercial e que seus efeitos se fizeram sentir por toda parte.”

Um olhar aguçado para o trecho do capítulo IX da cultura e opulência do Brasil, de André João Antonil (1982) corrobora as relações estabelecidas entre senhor e escravo que vai além da relação econômica.

O certo é que, se o senhor se houver com os escravos como pai, dando-lhes o necessário pra o sustento e vestido, e algum descaso no trabalho, se poderá também

depois haver como senhor, e não estranharão, sendo convencidos das culpas que cometeram, de receberem com misericórdia o justo e o merecido castigo. (p.91).

Em outras palavras, o senhor de engenho reconheciam que os negros deveriam ter uma oportunidade de se apresentar a sociedade colonial, e que dessa relação nasceria o dever do negro cumprir com suas obrigações com mais cautela e dedicação. No entanto, em outro momento Antonil (1982), revela uma atividade hostil dos senhores com os filhos dos negros quando destacar “Ver que os senhores têm cuidado de dar alguma cousa dos sobejos da mesa aos seus filhos pequenos é acusa de que os escravos os sirvam de boa vontade e que se alegrem de lhes multiplicar servos e servas” (capítulo IX, cultura e opulência do Brasil). De um lado vemos explícito a sujeição que o filho do escravo estava sujeito, e de outro, pode-se perceber que o senhor também apresenta certo, medo com relação à fuga, protesto, ou algum tipo de reivindicação do escravo.

Por fim, deve aqui destacar a visão que cada um tem sobre quem é o escravo brasileiro, e o seu senhor. Alguns se referem ao escravo como mercadoria necessária como mão-de-obra e fator crucial para a manutenção da ordem econômica do Brasil colonial, para outros teóricos a escravidão africana é um dos elementos que propiciaram a estruturação da sociedade brasileira que vai além da relação senhor/escravo. Assim, deve-se frisar que a relação do escravo africano no Brasil perpassou as esferas mercantis, políticas, religiosas e patriarcais, chegando até a contemporaneidade como uma fonte incansável de estudos e embates nos meios acadêmicos.

2.3. ESCRAVOS E SENHORES: UMA RELAÇÃO DE RESISTÊNCIA E CONQUISTAS.

A construção historiográfica do negro africano na sociedade brasileira durante o período de colonização até hoje tem marcas de um discurso historiográfico voltado para um convencionalismo de aspecto eurocêntrico e etnocêntrico. No entanto, numa visão mais aproximada a historiografia do negro africano no Brasil, suas relações com os senhores, bem como sua postura diante da situação de escravidão apresenta-se como uma das mais dinâmicas desde os estudos da década de 1960 e tem passado por fortes transformações, adaptando novas abordagens, rejeitando antigas e inadequadas explicações históricas e inovando o seu fazer histórico num processo profundamente crítico.

As recentes discussões teóricas da historiografia brasileira sobre a escravatura no Brasil têm chamado a atenção para o fato de que durante muitos anos as relações entre escravos e senhores foram percebidas de forma quase neutralizada como herança direta de uma história do escravo. Como afirma João José Reis, “a abordagem da escravidão a partir do escravo pode esbarrar, contudo em alguns problemas sérios” (REIS, 1989, p. 14). Ainda de acordo com o autor “o mais conhecido e lamentado deste é, sem dúvidas, a carência de fontes. O historiador, contudo, está condenado a trabalhar com as fontes que encontra, não com as que deseja.” Nesse sentido, a relevância desta análise do tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantado do ano de 1789, do livro *Negociação e Conflito* do professor João José Reis e Eduardo Silva dá uma nova abordagem sobre a história do negro e sua relação com o seu senhor.

Na perspectiva de desvelar a real historicidade do negro durante o período escravocrata, este tratado se torna imprescindível, pois a sua abordagem tira o negro de uma posição histórica de total subordinação colocando com um indivíduo ativo, como demonstra o seguinte fragmento: “meu senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu senhor também quiser nossa paz há de ser nessa conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos saber” (REIS, 1989, p. 123). Portanto, o negro no contexto de produção da colônia também acordava com os seus senhores o que ansiava por mais que sua reivindicação viesse a serem rejeitadas, existiam de fato manifestações de acordo. Nesse ponto de vista entende-se que a historicidade do povo negro, suas relações econômicas, políticas, sócio-culturais precisam ser revisadas de forma esclarecedora para a compreensão dos processos históricos das relações sociais dos negros com os seus senhores, na qual o negro passa a atuar como membro ativo da sociedade escravocrata.

O tratado apresenta um negro que se preocupa com o outro, que traça mudanças na divisão de trabalho por sexo, como descreve o fragmento: “Na planta de mandioca, os homens queremos que só tenham tarefa de duas mãos e meia e as mulheres de duas mãos.” (REIS, 1989, p. 123). A intenção proposta neste fragmento descrito retrata o quanto o negro estava ciente da sua importância para a manutenção da sociedade senhorial, na verdade o intercâmbio estabelecido entre acordos dos escravos e os senhores definiam um novo delineamento no que se refere à estruturação da economia da época.

Além da preocupação com a divisão do trabalho, com o desenrolar do tempo os negros escravizados, dentre outras cláusulas, requerem do seu senhor o local para plantio particular, conforme corrobora a fonte analisada: “Podemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar Jacarandás ou qualquer pau sem darmos parte para isso”. (REIS, 1989 p. 124).

Devido às reivindicações realizadas constantemente pelos escravos o senhor de engenho para manter a sua ordem escravista propõe a denominada “brecha camponesa”, onde o negro passa a produzir seus alimentos, e segundo Reis (1989, p. 28):

Ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis para alimentar a escravaria numerosa, ao mesmo tempo que fornecia uma válvula de escape para as pessoas resultantes da escravidão.

Assim, pode-se perceber que o contexto em que se envolvem os acordos entre escravos e senhores se dá através da conquista do negro escravizado, e o entrelaçamento de senhores e escravos tornava-se de fato um elemento necessário para mais a frente o negro ter mais espaço no seu cotidiano. O negro escravizado negociava mais liberdade, como na passagem do tratado “podemos brincar, folgar e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos impeça e nem seja preciso licença”. (REIS, 1989, p. 124). Dessa forma, pode-se perceber que as influências desses negros foram o estopim para o surgimento de outros movimentos de reivindicatórios, como por exemplo, a carta ao Visconde de Camamu no ano 1829, onde o negro africano Joaquim Baptista requer uma solução para a invasão do candomblé do Accú, a própria revolta dos negros malês em 1835, foram frutos de uma resistência dos negros frente aos mandos e desmandos dos senhores de engenho e das próprias autoridades da Bahia e do Império. O próprio autor Reis (1989, p. 29), destaca:

As demais medidas não apelavam diretamente para a força, mas para a ideologia: “permitir e mesmo promover divertimentos entre os escravos [...] quem se diverte não conspira”, “promover por todos os meios o desenvolvimento das idéias religiosas”, e finalmente” permitir que os escravos tenham roças e se liguem ao solo pelo amor da propriedade, e o escravo que possui nem foge, nem faz desordens.

Os fatos descritos, e comentados têm demonstrado que a liberdade surgida no ano de 1988 está repleta de momentos de negociações e resistência dos negros, e jamais tal “libertação” tenha ocorrido sem o engajamento dos negros escravizados, que mesmo submissos e maltratados buscaram resistir à opressão dos senhores e demais membros envolvidos no projeto de dominação.

Diante do exposto é fundamental destacar que a reformulação histórica do negro na sociedade brasileira é crucial e necessária para percebermos o processo dos mesmos como membros ativos de resistência, conflitos e acordos, e não como sujeitos totalmente passivos e usados pelos dominadores do período escravocrata do Brasil.

2.4. A HISTORIOGRAFIA DOS NEGROS AFRICANOS SOB NOVO ENFOQUE.

A historiografia da cultura africana e da americana desenvolveu uma série de novos instrumentos e técnicas para abordar as novas questões referentes à origem e o crescimento das sociedades afro americanas no Novo Mundo. No capítulo I do livro *O nascimento da cultura afro-americana*, intitulado “o modelo do encontro” encontra-se pontos relevantes para se compreender como se dá o encontro “culturas” na América, conforme, Sidney Mintz, (1995, p. 25):

As discussões sobre a origem e o crescimento das sociedades afro-americanas no novo mundo têm costumado envolver um modelo [...]. Em geral, esse modelo postula a existência de duas “culturas”, uma africana e uma européia, postas em contato no novo mundo por colonos brancos e escravos negros.

A história do encontro entre culturas na América é o palco de inúmeros debates historiográficos, diante dos quais o historiador tem grandes tarefas a sua frente, novos olhares para os métodos e técnicas apropriados acerca do período da escravidão e da contribuição dos africanos para a formação da cultura afro-americana.

A abordagem trazida pelo autor Sidney Mintz sobre a formação da cultura americana a partir do modelo do encontro entre duas culturas, nos chama a atenção para se postular qual a transposição social, religiosa, valores que permeiam um determinado grupo. Conforme afirma Joseph Ki-Zerbo (2006, p. 14), “Tudo que é agregado é vetor de cultura [...] estamos confinados a setores onde produzimos e ganhamos o menos possível, e a nossa cultura tem poucas possibilidades de se difundir”. Diante disso, percebe-se que por mais que o povo africano tenha sido importante para a formação da cultura americana, existe uma perda no estudo histórico acerca dessa temática, devido à abordagem da filosofia da *Historia Universal* que concebia o africano como sem autonomia para construir a sua história.

Capitaneados nas idéias eurocêtricas e etnocêtricas a historiografia sempre concebeu o africano como pertencente a uma cultura homogênea, daí Sidney Mintz, (1992, p. 32) chama a atenção:

Se definimos “cultura” como um corpo de crenças e valores socialmente adquiridos e padronizados que servem de guias de e para a conduta num grupo organizado (numa sociedade), o termo poderá ser aplicado, sem uma certa distorção... [...] Concebemos a cultura como intimamente ligada as formas institucionais que a articulam...

Dessa maneira é necessário fazer uma reflexão sobre o “modelo do encontro” gerado na América desde o século XVI até, o século XVIII, para verificarmos os problemas que são gerados pelo mesmo, que segundo Mintz (1992), postula uma única cultura africana como fonte de uma dada tradição do Novo Mundo, o conceito holístico de cultura... mascarará os processos implicados nas continuidades e descontinuidades entre a África e a América. A partir da leitura deste trecho específico podem-se perceber alguns pontos distintos da visão dos estatutos que esporadicamente salienta a história da cultura afro-americana em nível pragmático, e a partir daí nega a heterogeneidade existente nos elementos do povo africano e da cultura do continente americano e africano.

Desse modo, observa-se que a cultura africana é marcada por tantas mediocridades espantosas, sendo assim a construção de uma real historiografia da relação africana e americana é uma iniciativa que deve ultrapassar os objetivos puramente individuais, porquanto os estudos da construção da cultura afro-americana devem sair enigmas obscuros e alcançar um horizonte histórico à luz histórica séria e muito menos a caráter persuasivo, etnocêntrico e ideológico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em direção à conclusão deste trabalho nos referimos novamente aos argumentos de Antonil (1982) sobre o escravo africano como um elemento de suma importância no campo econômico do período colonial o autor afirma que “os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente” (p. 89). Assim, sempre foi vista a história do negro africano por muito tempo no nosso país. Contudo, a contribuição africana no período colonial foi muito além do campo econômico, uma vez que, os escravos souberam reviver suas culturas de origem e recriaram novas práticas culturais através do contato com outras culturas.

O estudo das representações dos negros africanos e a sua organização social e política, o tráfico de escravos, as epidemias, a história das mulheres e das relações de gêneros, dos nacionalismos africanos, na luta armada tornaram-se estudos dos centros acadêmicos. O tema

da escravidão do continente africano abriu discussão nas décadas de 70/80. O debate das décadas de 70/80 apontou para a questão da centralidade do controle social da produção e reprodução, induzindo a um campo mais abrangente como: escravidão, classe, estado e as mulheres.

A partir destes embates vimos a ampla necessidade da historiografia primar por novos horizontes para se detalhar e compreender a historicidade do povo africano, visto que as teorias científicas do século XIX fixaram um lado obscuro da história africana, na verdade os entornos que preponderava a construir a história do continente africano, dos próprios negros brasileiros, o desenvolvimento da cultura afro-brasileira foi marcada de estereótipos preconceituosos e discriminatórios que alargavam ainda mais o abismo entre a inferioridade africana diante da civilização européia.

A luz das análises das fontes orais a partir da década de 30 veio favorecer a (re) construção da história dos negros brasileiros, a necessidade de análise de registros de prisão, os movimentos de resistência, os estudos do professor João José Reis, Honório José Rodrigues, Joseph Ki-Zerbo, dentre outros teóricos evidenciaram a interligação e historização dos pensamentos e concepções destes diferentes autores no que diz respeito a novos paradigmas historiográficos da África e do afro-brasileiro. Neste sentido, compartilhamos com José Honorário Rodrigues a noção de que somos muito mais influenciados pelos africanos que pelos europeus, conforme afirmação do autor no livro *Brasil e África: outros horizontes* (1960):

[...] “A África também nos civilizou... Somos, por tudo isso, uma República Mestiça étnica e culturalmente não somos europeus, nem “latinos americanos”, fomos tupinizados, africanizados... [...] Nascemos assim, livres do colonialismo e do imperialismo, como crescemos na composição mestiça.” (p. 15)

Diante da citação supracitada verificamos a importância da cultura africana para a formação da sociedade brasileira, nota-se o negro africano além da senzala, esta versão de Rodrigues (1960) foi um resultado da nova vertente historiográfica brasilianista que demonstra o negro como uma riqueza cultural peculiar ao Brasil. Em outro momento Rodrigues (1960) nos remete a uma reflexão acerca da abolição da escravatura no Brasil, e vale trazer a discussão acerca da situação do negro africano escravo após a abolição até a contemporaneidade, que segundo Rodrigues (1960) “(...) e se esqueceram os fatos com esta e a colaboração remida até hoje mesmo para com os nossos negros, que esperaram de 1988 sua libertação individual e aguardam, ainda hoje, na sua grande maioria, os benefícios da

educação e do bem-estar” (p. 17). Neste sentido, a crônica “Escravo Pancrácio” de Machado de Assis assume, mesmo de uma forma simplificadora os dados levantados por Rodrigues, daí a importância dessa nova vertente historiográfica de permitir novas visões sobre a África e Brasil, bem como dos movimentos de resistência dos negros no nosso país para percebermos que a história dos afro-brasileiros, o contexto histórico da escravidão do Brasil, enfim toda uma revisão historiográfica é possível.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luís Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo: EDUSC, 1982.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando África? Entrevista com René Holenstein**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MINTZ, Sidney Wilfred e PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro: Pallas, Universidade Candido Mendes, 2003.

REIS, João José e SILVA Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outros horizontes**, Vol.1, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1960. pp. XIII-XVII.

RODRIGUES, José Honorário. **Brasil e África: outros horizontes**, Vol.2, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1960, pp. XI-XVI.

SCHWAERZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, EDUSC, 2001.

_____ **In texto Escravo Pancrácio**, extraído do livro: ASSIS, Machado de. **Obra completa**, Vol.III. José Aguiar, Rio de Janeiro, 1973, p. 489-491.